

(IN) VISIBILIDADE EM PAUTA: NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO TOCANTINS

(IN) VISIBILITY IN PAUTA:
JOURNALISTIC NARRATIVE ABOUT
WOMEN IN SEXUAL VIOLENCE IN
TOCANTINS

Janaina Costa Rodrigues **1**

Cynthia Mara Mira **2**

Resumo: Esse artigo se situa no campo das pesquisas em comunicação e problematiza a opressão de gênero que atinge mulheres em situação de violência sexual, a partir da análise de narrativas jornalísticas. Compreende-se que a mídia provoca reflexões na sociedade e também recebe influência de temas e visões de mundo diversas. O objetivo da pesquisa é analisar as narrativas jornalísticas sobre violência sexual, no sentido de perceber os elementos que constituem a notícia, a construção das personagens e a identificação das estratégias comunicativas. Para tanto, tomamos como corpus empírico desta pesquisa matérias sobre casos fatídicos de violência sexual contra a mulher, publicadas no período de 2016 a 2018, no Jornal do Tocantins. A pesquisa sugere discussões sobre casos comoventes, violência sexual e culpabilização de mulheres na imprensa do Tocantins. **Palavras-chave:** Narrativa. Jornalismo. Violência Sexual. Mulher.

Abstract: This paper is in the field of research in communication and problematizes gender oppression that affects women in situations of sexual violence, based on the analysis of journalistic narratives. It is understood that the media provokes reflections in society and also receives influence from different themes and world views. The objective of the research is to analyze the journalistic narratives about sexual violence, the objective is perceiving the elements that constitute the news, the construction of the characters and the identification of communicative strategies. For this purpose, we have taken as empirical corpus of this research articles about fatal cases of sexual violence against women, published in the period from 2016 to 2018, in the Tocantins Newspaper. The research suggests discussions about touching cases, sexual violence and blaming women in the Tocantins press. **Keywords:** Narrative. Journalism. Sexual Violence. Woman.

Assistente Social e Mestre em Comunicação e Sociedade **1**
pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7981021959194300>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4979-7527>.
E-mail: janarev@hotmail.com

Jornalista e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de **2**
Brasília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3694775809256234>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9399-7975>. E-mail: cynthiamara@mail.uft.edu.br

*O artigo é resultado de pesquisa para o desenvolvimento de dissertação de mestrado da primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.

Introdução

Por estar na sociedade, a violência sexual também adentra as pautas de jornais e revistas, passando por sistemas de construção simbólicos que podem por um lado garantir espaço de denúncia dessas mulheres ou por outro, culpabilizá-las. A sociedade brasileira, fortemente marcada pela cultura da misoginia e patriarcalismo, questiona o direito da mulher sobre o próprio corpo e impõe certas restrições a pessoas do sexo feminino no espaço público. Assim, desde a infância, é requerido das mulheres determinados comportamentos, relacionados ao modo de vestir e se relacionar com o sexo oposto, que não raro são utilizados como balizadores da compreensão sobre as agressões sexuais praticadas contra mulheres.

A invisibilidade da violência sexual nas estatísticas pode estar relacionada a uma busca do seu abafamento no imaginário social. O estupro, em muitas situações, tende a ser silenciado e em situações que as mulheres rompem o silêncio buscando atendimento nas unidades de saúde e efetuando denúncias na polícia, não raro, elas convivem com situações em que novamente são violentadas, agora simbolicamente, uma vez que são questionadas sobre onde estavam, que roupa usavam ou que comportamento tinham como se fossem culpadas pela violência perpetrada contra elas. Assim, a violência sexual é invisibilizada, num contexto que favorece a culpabilização das mulheres.

A narrativa jornalística também se debruça sobre a violência sexual, tendo em vista que a mídia e a sociedade caminham conjuntamente, num processo dinâmico em que uma gera modificações na outra. Carvalho (2012) destaca que o jornalismo é factual e propicia a atualização permanente sobre fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diariamente as mídias impressas e eletrônicas nos apresentam acontecimentos e contradições presentes no mundo. A análise de tais narrativas tem sido foco de diversos estudos no campo da comunicação. A narrativa jornalística torna públicas as situações de violência sexual, alimenta as falas sociais e os lugares ocupados pelos personagens, expõe versões sobre os fatos e em alguns casos, o testemunho da vítima e/ou do agressor (LEAL, CARVALHO, ANTUNES; 2018).

A cobertura dos casos de violência sexual contra a mulher suscita reflexões quanto aos sentidos que essas construções narrativas podem provocar e quanto à mobilização da opinião pública sobre o tema. Os meios de comunicação são parte fundamental da origem dos dados sobre violências de gênero (CARVALHO, MARTINS, 2016; LEAL, CARVALHO, ANTUNES; 2018) e nos fazem repensar os acontecimentos e possíveis ações, que a partir deles se desdobram. Isso porque os jornais “influenciam a opinião da sociedade, motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado”. (RAMOS & PAIVA, 2008, p. 313).

Analisar dados sobre o fenômeno é essencial para articular as políticas públicas de seu enfrentamento (ÁVILA, 2017, p.525). Assim, o presente estudo se propõe a analisar a narrativa jornalística sobre a violência sexual, publicada no período de 2016 a 2019 em um veículo tocantinense, o Jornal do Tocantins, considerando principalmente a perspectiva teórica oriunda dos estudos de Paul Ricoeur (1994) e Motta (2013). De um lado, verificaremos o conteúdo das narrativas, utilizando como método a análise de conteúdo (BARDIN, 1997). De outro eixo, complementar, analisaremos a recomposição do acontecimento jornalístico; a construção das personagens; e a identificação das estratégias comunicativas e significados de fundo moral.

A violência sexual na narrativa jornalística

A violência sexual contra a mulher encontra espaço de divulgação nas narrativas jornalísticas. Para Dornelas (2017), diferente de outros crimes, as narrativas jornalísticas sobre violência sexual contra a mulher não se limitam a relatar o fato e os passos da investigação. Além da descrição do crime, o passado, a história e a trajetória de vida das mulheres em situação de violência são colocados no centro do debate. Assim problematiza a autora que sua condição de vítima é questionada, num processo de culpabilização.

Ao analisar a mídia impressa, Landini (2006) destaca que o mesmo processo de culpabilização, também denominado re-vitimização, ocorre na mídia impressa desde o início do século XX, quando os crimes sexuais contra crianças e adolescentes eram noticiados motivando pré-julgamento das vítimas. Segundo a autora, atualmente há um esforço analítico e de neutralidade na produção das notícias sobre violência sexual, fato que demonstra uma alteração nas narrativas sobre violência

sexual. Contudo, de acordo com sua pesquisa, ainda é possível observar a presença de “sentimentos sociais” no texto, que corroboram para os questionamentos sobre o contexto de vida das mulheres que sofreram violência – suas roupas, o número de parceiros, o estilo de vida e lazer.

Sousa (2005) destaca que a violência é frequentemente retratada nos meios de comunicação ora de forma espetacularizada, com reforço à crueldade do agressor, ora com apelo à identificação com a vítima ou com superdimensionamento dos casos. Procurando diminuir o tratamento espetacularizado e garantir o exercício de uma função social para a mídia, pesquisas em comunicação (CARDOSO; VIEIRA, 2014; LANDINI, 2006) já indicam que o papel da imprensa vai muito além de relatar fatos noticiosos e ocupa a posição educativa de informar e apresentar alternativas – como, por exemplo, a divulgação das políticas públicas.

Landini (2006) destaca que desde o passado, é possível observar uma preferência por divulgar casos envolvendo meninas na fase da infância e adolescência. Somente a partir da década de 90, os jornais passaram a noticiar a violência sexual com o esforço analítico e pretensão de neutralidade. Assim, as narrativas jornalísticas sobre estupro passaram a relacionar esse tipo de crime à violência física, evidenciando também a análise das causas do crime e o perfil do agressor (LANDINI, 2006).

Blay também aponta alterações na forma e conteúdo das narrativas jornalísticas sobre a violência:

O segredo da violência é desvendado cada vez mais para o conhecimento do público. A imprensa, que anteriormente tinha uma posição de desconfiança para com a mulher, enfatizando por vezes que ela era a culpada da violência e da própria morte, progressivamente foi se modificando, tornando-se investigativa e abandonando os antigos julgamentos que condenavam a vítima. (BLAY, 2008, p.216).

Ao longo da história, nota-se significativa alteração na forma de narrar episódios fatídicos de violência contra a mulher. Isso porque, o jornalismo passou a preocupar-se com a contextualização dos fatos, com o desvendamento das causas e com a tessitura de intrigas. Houve um crescimento no número de textos jornalísticos sobre violência sexual, um aumento nos tipos de violência retratados, uma maior profundidade na análise dos casos e o incremento dos textos, com o uso de dados quantitativos e diversidade de fontes. Contudo, ainda é possível identificar narrativas jornalísticas com traços de superficialidade.

Quando ultrapassa a superficialidade, o relato da imprensa leva os crimes sexuais à arena pública, ao debate social, a partir das argumentações tecidas na narrativa jornalística ou em outros meios de comunicação. Mesmo estando na arena pública, as narrativas sobre crimes sexuais apresentam traços inacreditavelmente privados, visto que, em alguns casos, a vítima e sua família são rotulados como desestruturados, como se houvesse um contexto favorável à agressão (DORNELAS, 2017). A narrativa jornalística cumpre o papel de retirar do anonimato e da esfera privada crimes sexuais ocorridos no ambiente doméstico, comumente invisibilizados. Esse processo publiciza e politiza os casos de violência contra a mulher, quando tais narrativas são retratadas, cumprindo um papel de denúncia e responsabilidade social.

A narrativa jornalística sobre violência sexual no Jornal do Tocantins

O Jornal do Tocantins foi o periódico escolhido como escopo dessa pesquisa por ser o mais antigo e abrangente veículo de comunicação em âmbito estadual. Conforme Teixeira (2003), o Jornal do Tocantins - JTO foi fundado em 18 de maio de 1979, antes mesmo da criação do Estado do Tocantins. Circulava no então norte de Goiás, sobretudo na região de Araguaína e adjacências. Em 1989 se expandiu para a capital provisória, Miracema, e desde então, passou a ser vendido nas bancas e também por intermédio das assinaturas.

Foram analisadas notícias publicadas na versão eletrônica do Jornal do Tocantins no período compreendido entre janeiro de 2016 e dezembro de 2018. O ano de 2016 foi o que mais apresentou cobertura jornalística de casos de violência sexual contra as mulheres no Tocantins. Três casos de grande repercussão social estamparam a versão eletrônica do Jornal do Tocantins.

Um desses repercutiu em âmbito nacional e chegou ao Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão. Outros tiveram desdobramentos em veículos diversos e matérias que davam conta de destrinchar o enredo, dos detalhes do fato à responsabilização dos acusados. Esse ano foi definido como marco para início da pesquisa, estendendo-se até 2018.

Os critérios de seleção das matérias foram os seguintes: 1) Busca pelas palavras-chave “violência sexual”; 2) Identificação de notícias que o próprio site ou algum jornalista do site assinava; 3) Inclusão na amostra das notícias que relatavam casos de violência sexual ocorridos no Tocantins, cuja personagem vitimada era uma pessoa de sexo feminino, em qualquer fase da vida; 4) Inclusão de matérias que relatavam o desdobramento dos casos de violência sexual contra a mulher, tais como repercussão do caso, prisão do agressor, entre outras. Dessa forma, um mesmo caso pôde ser identificado em duas ou mais matérias, dependendo de sua repercussão.

Foram excluídas da amostragem notícias de violência sexual ocorridas fora do Tocantins, bem como matérias informativas sobre atividades da rede de atendimento à mulher ou à criança e ao adolescente. Desconsiderou-se também qualquer notícia que utilize o termo “violência sexual”, mas não se refira a um caso verídico de violência sexual praticada contra mulheres em qualquer fase da vida.

Assim, após a localização das notícias, foi realizada a leitura integral da narrativa para seleção das matérias que relatavam casos de violência sexual. Após a seleção das notícias foi identificado o lugar da notícia no jornal – em que gênero jornalístico se enquadravam, em que caderno do jornal estavam inseridas. O lugar da notícia no jornal é um dado relevante, considerando que existe uma hierarquia de espaços no mesmo. Por exemplo, notícias que ganham o espaço da capa do jornal costumam ser mais destacadas, enquanto notícias que ocupam o caderno de cultura não ocupam o mesmo patamar de importância. Nos termos de Cunha (2017 apud SHUEN; MIRANDA, 2018, p. 139), “a capa é a página mais importante de um jornal, tendo em vista que nela localizamos as principais informações e destaques de todos os fatos que serão noticiados no interior do impresso”.

Com o uso das palavras-chave “violência sexual”, foram identificadas um total de cento e setenta matérias jornalísticas, sendo: a) cinquenta e duas matérias publicadas no ano de 2016; b) cinquenta matérias publicadas no ano de 2017; e c) trinta matérias publicadas no ano de 2018. Após a leitura das matérias, empregando os critérios de seleção acima descritos, verificou-se que somente 23 matérias referiam-se à violência sexual praticada no Tocantins contra pessoa do sexo feminino, em qualquer fase da vida¹.

Assim, compõe o *corpus* dessa análise 23 narrativas jornalísticas, sendo: doze matérias publicadas em 2016; três matérias publicadas em 2017; oito matérias publicadas em 2018. Todas as notícias do ano de 2018 estão localizadas na “coluna estado”, parte do Jornal destinada a registrar fatos ocorridos em âmbito estadual, sendo que três são assinadas pela redação do Jornal; cinco por jornalistas do periódico. Em 2017, duas matérias figuraram na “coluna estado” e uma na coluna “vida urbana”, essa última se referia a um caso de assalto a residência, cuja ocorrência resultou em estupro de uma moradora. Apenas uma narrativa construída em 2017 foi assinada nominalmente por uma jornalista. Das demais, uma se originou da redação do Jornal do Tocantins e uma da redação de “O popular” – jornal goiano do mesmo grupo.

Em 2016 as narrativas jornalísticas se concentraram em maior quantidade na coluna “vida urbana” (07 matérias). Quatro narrativas foram construídas na “coluna Estado” e uma matéria na “coluna mundo”. Quanto à autoria das matérias foram: 07 assinadas por jornalistas do periódico; uma matéria da redação do Jornal do Tocantins; e quatro matérias da redação do grupo “O popular”.

Foi ainda analisada a quantidade de matérias referente a um caso. Esse foi considerado um indicador da importância que o veículo dá a um caso específico. Em 2016 houve produção de novas matérias explicativas sobre um caso de violência sexual, ocorrido no dia 01 de junho. Para Antunes e Lara (2013, p.195 apud OLIVEIRA, 2016, p. 62), os casos comoventes “desdobram-se por vários dias no espaço restrito dos jornais. Se alcançam tal feito, é sinal de que a sociedade também deve lhes dedicar especial atenção”.

Matéria divulgada na quarta-feira, 01 de junho de 2016, servidora pública, nome não divulgado, que trabalha em órgão público na Praça dos Girassóis em Palmas que é a sede

¹ Para essa pesquisa foram incluídos os casos de violência sexual praticados contra meninas e adolescentes, visto que esse público é o que mais aparece como vulnerável na estatística nacional. (BRASIL, 2018)

administrativa do Governo do Estado do Tocantins foi feita refém, violentada sexualmente e teve seu carro roubado. Foi surpreendida quando estava saindo do trabalho. A narrativa do jornal destacou que o primeiro atendimento foi realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, sequenciado do encaminhamento da mulher a uma equipe especializada em violência sexual no Hospital e Maternidade Dona Regina. Nessa narrativa observa-se o destaque dado ao atendimento de saúde ofertado à mulher em situação de violência sexual. Diferente das demais narrativas que circundam a responsabilização do agressor, se atendo mais aos elementos fatídicos do crime.

A matéria afirmou ainda que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB estava acompanhando o caso e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM estava fazendo diligências para identificar a autoria do crime. A inclusão da figura institucional OAB é também um diferencial no caso, visto que relatam que a servidora pública é advogada e saía do trabalho no momento do crime. O relato do caso no Jornal do Tocantins se desdobrou em quatro matérias que retrataram desde o fato, ao cuidado com a vítima e à prisão do agressor. Uma das matérias pautou a repercussão do caso junto à população, com o título: “População protesta contra violência à mulher”. Outra matéria pautou ainda a força-tarefa realizada pela polícia: “Forças policiais se unem para solucionar caso de servidora estuprada”.

Esse caso alcançou ampla repercussão social porque a mulher em fase adulta estava saindo do trabalho e atravessando a praça que reúne vários órgãos públicos entre eles o Palácio Araguaia que é o espaço administrativo do Governo do Estado. É a narrativa jornalística sobre violência sexual no período analisado, com maior desdobramento no Jornal do Tocantins. A existência de matérias complementares corrobora para essa interpretação, visto que o fato de ser servidora pública e esposa de policial, mobilizou outros setores da sociedade em geral, que cientes do caso, foram às ruas protestar por segurança. O protesto não esteve presente na narrativa de outros casos, nem tão pouco houve desdobramento de outras matérias.

A matéria de 28 de maio de 2016, na coluna mundo do periódico tocantinense, já no título indicava: “Chamada de ‘rata’ e ‘piranha’ vítima de suposto estupro coletivo diz ter se sentindo um lixo”. Esse caso de estupro coletivo foi retratado com fortes elementos de culpabilização da adolescente e já no título da matéria no Jornal do Tocantins é possível perceber o questionamento da existência ou não do estupro – “vítima de suposto estupro”. Evidencia-se na frase a suposição de ter havido um estupro. O mesmo periódico na matéria sobre a servidora pública – também vítima de violência sexual, nesse caso por um perpetrador – titula a matéria da seguinte forma: “Servidora é violentada e tem carro roubado em Palmas”. Evidencia-se pelo verbo “é” que não há questionamento sobre a veracidade do estupro. Tal comparação pode ser verificada já no título das duas narrativas jornalísticas.

Observa-se a existência de narrativas jornalísticas que fazem referência aos crimes de violência sexual, seus personagens e suas intrigas, com descrições diferentes a partir do lugar ocupado pela mulher vitimada. Há uma diferenciação, conforme o perfil da mulher. Não se verifica questionamento da mulher servidora pública, o que se contrapõe ao ocorrido no caso da adolescente periférica.

Na perspectiva de Paul Ricoeur (1994) narrar é discorrer sobre significados e analisar situações; escolher elementos para constituírem uma “série” e comentá-los. Assim, a informação jornalística chega na forma de narrativa (CARVALHO, 2012). A narrativa desses casos trazia informações sobre os espaços da rede de atendimento para os quais as mulheres em situação de violência sexual eram levadas, detalhes sobre o lócus das agressões, elementos sobre as características pessoais das mulheres-personagens e análises sobre as agressões perpetradas pelos acusados.

Outra narrativa, ainda em 2016, no dia 10 de agosto de 2016, destaca caso de adolescente de 15 anos, vítima de estupro coletivo na região norte de Palmas - Tocantins. Quatro homens são acusados de violentá-la. A menina estava numa praça próxima à sua casa, quando um homem armado a abordou. “O homem teria pedido para ela subir em sua moto e a levou para um matagal onde já estavam quatro homens”. Foi dopada por cocaína e ingestão de bebida alcoólica, depois foi deixada na porta de sua casa. Os agressores pareciam saber de coisas sobre sua vida, sabiam, por exemplo, que ela tinha uma sobrinha. A matéria se desdobrou em três outras matérias, destacando o caráter sigiloso das informações e a preservação da identidade da garota. O veículo destacou ainda que a Delegada da Mulher preferiu não comentar sobre o assunto. A matéria menciona

ainda que a garota foi atendida no Serviço de Atendimento Especializada a pessoas em Situação de Violência Sexual - SAVIS - Hospital e Maternidade Dona Regina

A primeira matéria sobre esse caso de estupro coletivo em Palmas - TO tem como título “Jovem de 15 anos teria sido vítima de estupro coletivo em Palmas”. O emprego do verbo “ter” conjugado na voz passiva traz implícito o questionamento sobre a veracidade do relato de violência sexual, apresentado às autoridades pela mídia. Nesse caso, há também a afirmação que os perpetradores sabiam algumas questões referentes à vida da vítima, deixando implícita a possibilidade de relação anterior da vítima com os agressores e um julgamento moral do comportamento da adolescente.

Na perspectiva de Ricouer (1994), a narrativa é sempre constituída de uma trama composta por diversos episódios, articulados entre si. Tais episódios fazem parte de um enredo mais amplo, resultando numa totalidade significativa. No caso do estupro coletivo da adolescente em Palmas, as duas outras matérias no mesmo periódico trazem elementos posteriores ao fato, ou seja, apresentam os passos seguidos pela vítima após o crime. Na matéria de 12 de agosto de 2016, com o título “Adolescente que teria sido vítima de estupro coletivo segue internada”, é dado espaço à fala da irmã da adolescente que mencionou aos jornalistas que ela continuava internada e fez uso de medicação, passou mal e teve que retornar ao SAVIS - Serviço de Atendimento Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual. Sem citação direta, a fala da irmã deixa claro que a adolescente não conhece os autores do crime, mas lembra de características físicas deles.

A outra matéria sobre o mesmo caso, intitulada “Delegacia já ouviu adolescente vítima de estupro coletivo”, de 16 de agosto de 2016, segue a mesma lógica de narratividade das demais matérias sobre violência sexual editadas por esse periódico – se refere, com centralidade, à investigação do crime e à responsabilização dos suspeitos. Aqui se verifica que o personagem institucional é a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que no caso, ouviu a vítima. Informações sobre essa escuta não são citadas na matéria; não é possível verificar nenhum trecho da fala da vítima.

Como personagem secundária aparece o relato de uma advogada da OAB e segundo esse relato, os autores conheciam a vida da adolescente. A matéria destaca ao final: “Segundo a Secretária da Segurança Pública por se tratar de crime que envolve menor, as investigações seguem em caráter sigiloso para preservar a intimidade da vítima.” É citado o nome da Delegada, mas ela preferiu não relatar diretamente suas impressões.

No ano de 2016, outro caso de grande repercussão ocorrido no Tocantins, apareceu nas páginas eletrônicas do Jornal do Tocantins. Domingo, 11 de setembro de 2016, o Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão² destacou casos de violência sexual infantil, dando ênfase à impunidade dos acusados. Entre os casos, estava o de duas meninas do Tocantins, de seis e oito anos, que foram abusadas sexualmente. O suspeito era o ex-senador tocantinense Manoel Alencar Neto, conhecido como Nezinho Alencar - 67 anos.

Na análise das narrativas jornalísticas, observou-se que o caso obteve destaque, o que se deu sobretudo, pela atividade política e vida pública do acusado. O periódico tocantinense, Jornal do Tocantins, noticiou o fato envolvendo o personagem “ex-senador”, um dia depois da divulgação no Fantástico (12/09/2016), referindo-se à divulgação do caso no programa televisivo de âmbito nacional. Deu voz ao personagem – acusado, que verbalizou “querem me incriminar pelo que represento” e apresentou a defesa feita pelo próprio agressor “se eu não fosse ninguém não passaria no Programa”. O destaque à fala do suspeito é tão grande, que o título da matéria apresenta uma frase de seu depoimento entre aspas. A matéria mencionou ainda o relato do pai das crianças, que está sob proteção do Estado: “quem está preso sou eu”. O pai não foi literalmente preso, mas denominou prisão o fato de ter mudado de domicílio em razão de ameaças pela família do agressor.

A repercussão desse caso foi grande. O veículo afirmou que o acusado foi solto, após menos de dois meses de prisão e pagamento de fiança no valor de 22 mil reais. A narrativa jornalística apresenta nas entrelinhas um contraponto entre a “prisão” da família da vítima, que teve que mudar de Estado para ter garantia de segurança, e a soltura do acusado, que por sua condição socioeconômica e status, garante uma situação privilegiada em relação aos demais acusados de

² Fantástico percorre sombras de uma ameaça que ronda nossas famílias. Disponível em: [http://g1.globo.com/fantastico/edicoes/2016/09/11.html#!v/5298337]. Acesso em: 10 de jun. 2019.

crime sexual.

Chris Greer (2012) enfatiza que as narrativas sobre crimes sexuais deveriam também dar voz a grupos marginalizados e as reportagens deveriam se basear em uma gama restrita de fontes poderosas. Ou seja, o espaço de fala deveria ser maior para os grupos mais vulneráveis e proporcionalmente restrito aos grupos dominantes. No caso do ex-senador Tocantinense é notório o destaque à fala da figura que representa a classe dominante e, inclusive, ele é o único acusado de crime sexual que possui espaço de fala nas narrativas analisadas no *Jornal do Tocantins*, de 2016 a 2018. Percebe-se aqui o enaltecimento da força do agressor, como também destaca Segato (2016).

Em 2017 foram publicadas somente três narrativas envolvendo crimes sexuais. A primeira delas, foi datada de 13 de janeiro, têm três parágrafos curtos e duas frases ao final; não faz uso de imagens. A narrativa traz como título: “Foragido da Justiça suspeito de estuprar criança de 04 anos é preso em Araguatins”. Já no título observamos a construção textual de um personagem-suspeito fora da lei. O estudo de Machado sobre violência e machismo (MACHADO 2001 apud MINAYO 2005, p. 23) encontra no perfil do agressor diversos caracteres da cultura machista. Assim, estupradores, espancadores de mulheres, ladrões e assassinos, figuram não como personagens patológicos, mas como pessoas “normais” que reproduzem e perpetuam a cultura machista. O agressor nessa narrativa é uma pessoa com vínculo institucional com a criança – motorista escolar da Prefeitura. A narrativa foi construída um dia após a prisão do agressor; menciona que ele estava foragido desde setembro de 2016, quando a mãe registrou o Boletim de Ocorrência. O perpetrador, motorista do ônibus da prefeitura, segundo a matéria, abusou sexualmente da menina de 04 anos, quando ela voltava da escola. Não são apresentados desdobramentos desse caso, somente, finalizam a matéria, enfatizando o recolhimento do agressor na Cadeia Pública local.

Nos termos de Motta (2013, p. 3), “quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua”. Na matéria acima referida a intencionalidade é destacar a prisão do agressor. Contudo, não são apresentados outros personagens do caso, sobretudo, a instituição escolar envolvida – que deveria apresentar suas justificativas diante da fragilidade na proteção da menina.

A segunda matéria, de 14 de março de 2017, foi também divulgada na data da detenção do suspeito, e por isso, traz desde o primeiro parágrafo, ênfase nas características do agressor – um personagem, narrado como um desconhecido de 64 anos que contava com apoio de uma aliciadora de 34 anos, e já teria estuprado 04 meninas, com idade entre 08 e 11 anos. O título traz também a ênfase às “crianças”, visto que crimes contra crianças e adolescentes são costumeiramente estampados nos noticiários. (LANDINI, 2006)

Essa matéria tem como título: “Suspeito de estuprar crianças em Nova Rosalândia é preso”. A cidade mencionada é na região central do Estado do Tocantins. Observa-se o uso da imagem do carro da polícia no exato momento a prisão do agressor, o que corrobora com a intenção do veículo que é destacar a responsabilização do suspeito. Nessa ênfase, também usa como fonte a Delegacia de Polícia de Paraíso, na figura do Delegado responsável por apurar casos na região de Nova Rosalândia. Novamente, a delegacia não detalha os passos da investigação ou o estado de saúde das vítimas. Mesmo sendo um caso envolvendo crianças do sexo feminino, o Conselho Tutelar não é fonte da matéria, nem tão pouco é dado espaço a outro órgão da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Apesar de terem ocorrido 584 casos de estupro no Tocantins no ano de 2017³, somente três matérias pautaram o assunto no *Jornal do Tocantins*. A terceira narrativa sobre violência sexual, publicada em 2017, foi datada de 01 de junho e tem o título: “Bandidos assaltam casas aproveitando abertura de portão”. A construção narrativa coloca a descrição do assalto como o centro da notícia, chegando a mencionar que a Polícia Militar fez alerta à sociedade para ter mais atenção em suas casas, no momento da abertura e fechamento dos portões eletrônicos. Traz o uso da imagem de um muro e um carro adentrando a casa. Segundo a matéria, a vítima do crime sexual estava em casa no Plano Diretor Sul de Palmas, quando teve sua residência invadida por dois homens. A notícia, de apenas quatro parágrafos curtos, esclarece “medidas preventivas de segurança”, dando voz ao trabalho da Polícia Militar. O caso de violência sexual contra uma das mulheres que tiveram a casa invadida é notícia secundária, uma vez que a matéria cita outro roubo na mesma região que não

³ Casos de estupro aumentam no TO - *Jornal do Tocantins*. Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/casos-de-estupro-aumentam-no-to-1.1592092]

teve nenhuma vítima de crime sexual.

Observa-se nessas narrativas, a presença unânime de personagem-agressor do sexo masculino e a inter-relação dos crimes sexuais com crimes de outra natureza. “No mundo da criminalidade, a ideia fundante de macho violento se centra na mesma crença arraigada do masculino como o espaço da iniciativa, do poder e da imposição da vontade, fazendo a associação de dois planos, o da sexualidade e o da sociabilidade.” (MINAYO, 2005, p. 24).

Assim, verificamos nas narrativas de 2017 apenas um caso, cujas vítimas eram do sexo masculino – meninos que foram abusados por um idoso, enquanto recebiam para exercerem o ofício de cuidador⁴. A maioria das vítimas citadas no escopo dessas narrativas são crianças e adolescentes do sexo feminino. Há um perfil de vulnerabilidade tanto por geração, como por gênero. Dessa forma, o cruzamento de gênero e geração torna as personagens-meninas mais vulneráveis à apropriação sexual do corpo e também às demais violências ocorridas no contexto familiar (MINAYO, 2005; LANDINI, 2006).

Nas narrativas construídas em 2018, foi possível observar a relação de proximidade da vítima com o agressor, mas de forma diferenciada da relação que se percebe nas estatísticas oficiais – cuja presença do agressor na casa da vítima é preponderante. Constatou-se que 04 narrativas eram de crimes sexuais em relações de proximidade e 03 narrativas eram de crimes sexuais praticados por desconhecido. Observa-se que o veículo não divulga os casos mais recorrentes segundo as estatísticas oficiais, mas os casos mais comoventes, seguindo critérios de seleção.

No ano de 2018 trinta matérias do Jornal do Tocantins utilizaram o descritor “violência sexual” ao longo do texto, das quais oito construíram narrativas sobre casos de violência sexual ocorridas no Estado do Tocantins. Um dos casos ocorridos em 2018 teve desdobramento em duas matérias. Assim, foram 07 casos retratados nas notícias.

Nessas matérias coincide o fato de que os personagens centrais das notícias são o agressor e a vítima. A Delegacia de Polícia, representada pela figura do Delegado, aparece como personagem secundário que, em geral, apresenta o desdobramento dos crimes, a tipificação penal, o tempo previsto para a pena do agressor e o passo a passo da investigação. Em uma das matérias, a Delegacia narra a versão de um conselheiro tutelar, trazendo outro personagem institucional para o enredo. Mais no geral, a vocalização institucional fica a cargo da delegacia de polícia.

Nota-se que a maioria das narrativas foi construída para destacar a responsabilização do agressor, o que é possível observar em trechos e, sobretudo, nos títulos das matérias: “Acusado de abusar de criança de 12 anos é preso em Pium”; “Homem é preso em Nova Olinda suspeito de estupro a própria filha”; “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”; “Homem é preso suspeito de abusar de criança de 11 anos em Augustinópolis”; “Homem de 59 anos aliciava adolescentes com dinheiro em troca de favores sexuais”; “Preso por estupro de adolescente com bebê é suspeito de outros crimes sexuais”.

Verifica-se que o sujeito das frases-título das matérias é o agressor. Das oito matérias divulgadas em 2018, apenas uma coloca a vítima como sujeito na frase-destaque da matéria: “Adolescente que carregava bebê teria sido estuprada em mata”. Nessa frase observamos o uso da voz passiva “teria sido estuprada”, questionando a veracidade do acontecimento. Novamente, um registro de estupro praticado por desconhecido, no dia 10 de fevereiro de 2018. A matéria, publicada um dia depois do fato, descreve que a adolescente de 17 anos, carregava um bebê no colo e foi estuprada em quadra do Plano Diretor Sul de Palmas. Com apenas três curtos parágrafos, a narrativa relata o registro do crime na polícia, o atendimento de saúde da vítima pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e seu atendimento no SAVIS do Hospital e Maternidade Dona Regina. Essa matéria tem o diferencial de, embora curta, mencionar o atendimento de saúde ofertado à vítima. Não há uso de imagens. Essa matéria, diferente da maioria, teve desdobramento em outra, publicada na data da prisão do suspeito, com o objetivo de destacar que o agressor poderia ter perpetrado outras agressões sexuais na região em que ocorreu o estupro.

Podemos analisar que a matéria na coluna “vida urbana”, relata um caso de violência sexual ocorrida há 29 anos. Por essa característica, a narrativa se diferencia das demais, que relatam fatos do tempo presente. Nessa notícia verifica-se a descrição de características da vítima: “Comunicativa

4 Disponível em: [<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/policia/idoso-paga-por-servico-de-cuidador-e-estupra-meninos-1.1257799/>]. Acesso em: 30 de jun de 2019.

e com um olhar triste, a estudante Maria (nome fictício), 29 anos, conta que foi violentada sexualmente na infância pelo próprio pai. Ela diz que os abusos começaram quando era ainda um bebê e se estenderam até os 12 anos de idade.⁵ Na narrativa é dado espaço para o testemunho da vítima que relata, além dos abusos físicos e sexuais, a agressão psicológica, apresentando inclusive, os sinais e sintomas que a violência sexual causou em sua vida. Refere-se à síndrome do pânico aos 12 anos, sentimentos de repulsa e ódio do agressor, uso de medicação controlada e acompanhamento psiquiátrico pós-trauma. Descreve ainda sua luta para retirar o nome do pai (agressor) de seus documentos pessoais.

A matéria, com oito parágrafos é mais extensa que as demais e traz a estatística da segurança pública em relação aos casos de violência sexual. Segundo os dados apresentados até outubro de 2018, 183 crianças foram estupradas, das quais 173 meninas. Enfatiza a jornalista que em 2017, 471 crianças sofreram violência sexual, das quais 431 meninas e 40 meninos.

Na sequência de matérias de 2018, observamos relações de proximidade entre vítima e agressor. Da “Coluna Estado”, a matéria intitulada “Homem é preso em Nova Olinda suspeito de estuprar a própria filha”, de 27 de agosto de 2018,⁶ relata um estupro de vulnerável praticado por um pai. O título da matéria evidencia a relação de parentesco com a vítima e utiliza o apelo à percepção do fato como algo inaceitável, finaliza o título com: “estuprar a própria filha”. A narrativa destaca que o agressor é o próprio pai e a vítima uma menina de 8 anos, residente em Nova Olinda - TO. O crime é descrito da seguinte forma: “(...) teria tirado sua roupa e acariciado suas partes íntimas por quatro vezes. Além disso, o homem ainda teria tapado sua boca durante os abusos e a ameaçado caso a criança gritasse”. A matéria qualifica o agressor como “indivíduo” em dois momentos do texto, deixando implícita a indignação com o ato e o teor de tratamento pejorativo ao suspeito. Como complementação à estratégia de provocar a comoção social, é possível perceber nas entrelinhas uma conotação de heroísmo, atribuído à figura da polícia militar. Nesse sentido, a narrativa ressalta a atuação da polícia civil que representou pela prisão preventiva do pai – prisão essa que, segundo o texto, poderá chegar a até 15 anos. A matéria traz ainda a versão do agressor que negou ter abusado da filha, admitindo apenas que dormia no mesmo quarto que ela.

Quando a relação de proximidade com a vítima é menor, verificamos uma diferença no tratamento do agressor. Esse foi o caso da narrativa de 15 de agosto de 2018, construída na Coluna Estado⁷. O veículo destinou somente três parágrafos e uma frase de duas linhas para descrever o crime sexual. Com o título “Homem é preso suspeito de abusar de criança de 11 anos em Augustinópolis”, a narrativa relata violência sexual impetrada contra uma menina de 11 anos residente em Augustinópolis - TO, tendo como agressor o esposo da avó da vítima. Trata-se de violência intrafamiliar, visto que o suspeito residia na mesma casa que a menina. Contudo, nesse caso não havia relação consanguínea, o que pode ter resultado em título que distancia vítima e agressor. Somente ao longo do texto, que é possível observar a proximidade de ambos. Segundo a narrativa a criança relatou à Delegacia que os abusos duraram mais de um ano e ocorriam em casa, quando estava sozinha com o agressor. A matéria detalha que o homem foi preso, após constatação de lesões compatíveis com violência sexual no exame de corpo de delito.

É possível observar nas narrativas divulgadas pelo Jornal do Tocantins no ano de 2018, que os agressores desconhecidos são denominados com o termo “homem” e os que possuem relação com a vítima são denominados pela função que exercem na relação de proximidade com as pessoas violentadas. Foi assim nos casos em que o agressor era o pai da vítima e também no caso de um vigia da escola – que possuía relação institucional com a vítima. No segundo caso, a relação institucional foi também determinante para o caso estampar as páginas eletrônicas do veículo.

A matéria da Coluna Estado, de 23 de agosto de 2018, tem como título: “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”. O Jornal do Tocantins detalha um caso de suspeita de assédio sexual em escola no Distrito de Buritirana, em Palmas - TO. Na matéria, com 06 parágrafos e três frases curtas, o crime sexual é atribuído ao vigia da instituição

5 Disponível em: [<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/viol%C3%Aancia-sexual-vem-de-dentro-de-casa-1.1636386>]. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

6 Disponível em: [<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/homem-%C3%A9-presos-em-nova-olinda-suspeito-de-estuprar-a-pr%C3%B3pria-filha-1.1604465>]. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

7 Disponível em: [<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/homem-%C3%A9-presos-suspeito-de-abusar-de-crian%C3%A7a-de-11-anos-em-augustin%C3%B3polis-1.1595931>]. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

escolar, tendo como vítima uma adolescente de 13 anos.

Essa notícia parece insinuar uma suposta disponibilidade da adolescente para a relação. Ao mostrar as cartas, a narrativa dá um atestado de veracidade para o suposto relacionamento amoroso entre o vigia e a menina de 13 anos, que teria iniciado na escola. No texto, a matéria exerce o papel de explicar que, mesmo que consentida, a relação amorosa e sexual com adolescente com menos de 14 anos, é considerada estupro de vulnerável.

A narrativa do Jornal apresenta a versão da mãe sobre o caso, que relatou comportamentos estranhos da filha, tais como arrumar desculpas para sair de casa e chegar com presentes. Descreve em aspas um trecho de carta, em que a adolescente escreve sobre o encontro de sua mãe com a mulher do acusado: “A minha mãe disse que sua mulher parou ela na rua e disse que viu umas das cartas que eu te mandei. Se era pra rasgar você também podia ter rasgado, né. Toda hora uma coisa acontece. Sério isso já tá me cansando (sic).” Esse trecho da narrativa centra a atenção do leitor num suposto relacionamento amoroso clandestino, o que de fato seria desnecessário, visto que se tratava de uma situação de abuso sexual. A matéria traz como recurso imagético dois trechos da carta e explica, ao final, o conceito de estupro de vulnerável. Mas, o uso da carta como centro da narrativa, não corrobora com a compreensão de que a vítima é a adolescente. Do contrário, contribui para o entendimento de que a jovem facilitou a atuação do agressor, como se escrever a carta fosse um indicativo de seu interesse – interpretação que culpabiliza a vítima.

No mesmo dia outra matéria sobre esse caso, foi publicada no periódico, com o tema: “Mãe denuncia funcionário de escola em Buritirana por suposto estupro de adolescente.”⁸ A narrativa demonstra certa preocupação com a repercussão pela relação institucional entre vítima e agressor, o periódico deu espaço para as declarações da Secretaria Municipal de Educação, órgão gestor da escola. “A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, disse que o caso relatado ocorreu no mês de julho, sendo período de férias, ‘comprovando’ assim que não ocorreu no ambiente escolar”. A matéria com 04 parágrafos e uma frase, atribui a denúncia à mãe para garantir a isenção do veículo em relação aos fatos, o que pode ser observado no título.

No caso do estupro de vulnerável praticado pelo vigia, constatamos o uso das imagens de trechos da carta enviado por ele à menina, denotando a intenção de repassar confiabilidade aos fatos, estratégia imagética que corroborou com a culpabilização da vítima.

Em relação ao escopo temporal de análise 2016 a 2018, observamos como já referido que o ano de 2016 teve mais narrativas sobre violência sexual. Já em 2019 até o mês de junho, não haviam novas narrativas sobre crimes sexuais. Analisar isoladamente os números de notícias pode levar a avaliações equivocadas sobre a produtividade dos veículos, mas em relação à importância que se dá ao tema, pode sinalizar uma cobertura menos abrangente da temática.

Em geral, as narrativas jornalísticas publicadas ocuparam espaço reduzido, restritas a poucos parágrafos, um pouco maior nos casos com repercussão social, chegando no máximo, há oito parágrafos. Algumas matérias se assemelham a notas curtas que descrevem pontualmente os crimes sexuais. A pesquisadora caracterizou como “casos de repercussão social” os que tiveram um número maior de matérias, narrativas mais completas e abrangentes. Foram destacados cinco casos de repercussão social, os quais tiveram desdobramento em duas ou mais matérias ou cobertura em outro veículo de âmbito nacional. A quantidade de textos é, de toda forma, um indicador relevante da importância que cada veículo dá ao caso.

Quanto à dinâmica de prioridade espacial das notícias, ou seja, os focos geográficos das matérias publicadas, foi possível observar mais relatos da região central do Estado do Tocantins, com maior número de narrativas de casos ocorridos na capital Palmas - TO. Quatro casos da região norte do Estado. Araguaína, segunda maior cidade do Estado em contingente populacional, figura como a segunda cidade com maior número de registros.

Chama a atenção à existência de um maior de notícias nas cidades maiores. Isso se dá tanto pela proporção populacional nas cidades, como pela repercussão maior dos casos ocorridos na capital, Palmas. O local em que os jornalistas vivem, sua maioria na capital, não guarda relação direta com a espacialidade das notícias. Isso porque foram identificadas diversas notícias de casos

⁸Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/m%C3%A3e-denuncia-funcion%C3%A1rio-de-escola-em-buritirana-por-suposto-estupro-de-adolescente-1.1601627]. Acesso em: 30 de junho de 2019.

com repercussão nacional, ocorridos em outros Estados da Federação. Tais matérias não foram analisadas nessa pesquisa, visto que nosso objetivo é compreender a divulgação dos casos locais.

Em relação à existência de conteúdo educativo sobre a rede de proteção à mulher ou à criança e à adolescente, pôde-se constatar que o veículo, na maioria das narrativas, não divulga os serviços intersetoriais de atendimento, excetuando-se alguns casos de grande repercussão, como no caso da servidora pública, do estupro coletivo e da adolescente que carregava um bebê. Assim, poucas matérias falam sobre o atendimento ofertado no SAVIS - Serviço de Atendimento Especializado a Pessoas em Situação de Violência Sexual. Observa-se ênfase maior na divulgação das penas e na publicização do trabalho da polícia militar e da delegacia de polícia. As narrativas apresentam dados e, mesmo com pouco texto/ parágrafos, conseguem contextualizar os fatos ao leitor. A polícia civil figura como principal fonte, seguida da polícia militar. Em poucas matérias, identificamos a comparação entre opiniões divergentes sobre os fatos. Tal comparação e o esforço em mostrar “os dois lados” das questões levantadas em cada caso, são maiores nas narrativas de situações de violência sexual com repercussão social, como ocorreu na narrativa cujo personagem central era o senador Nenzinho Alencar.

É maior o número de narrativas que se referem a casos ocorridos contra crianças e adolescentes. As narrativas sobre agressões sexuais contra mulheres adultas, apesar de persistentes, na realidade tocantinense, permanecem invisibilizadas na mídia. As notícias analisadas cumprem a função de informar questões específicas, como “o que, como e onde” – centradas no crime. São restritas à factualidade do crime sexual, porém deixam de descrever as causas e consequências da violência sexual.

Quanto à construção das personagens, percebemos que o agressor aparece como sujeito central na maioria das narrativas. Nota-se ainda uma alteração no perfil das fontes de informação em função do acontecimento. As fontes oficiais como polícia civil e militar foram predominantes. Foi garantida a resposta institucional no caso em que o agressor tinha vínculo empregatício com a escola. No caso de maior repercussão, da servidora pública, em função da própria narrativa, outras fontes de informação entraram em cena, como a advogada na OAB e a coordenação do SAVIS. Casos de violência sexual envolvendo “famosos” ou pessoas públicas na condição de agressores possuem maior repercussão, o que pode ser observado no desdobramento de outras matérias, na quantidade de parágrafos dedicadas à narrativa, na inclusão de trechos de autodefesa do agressor. O testemunho do agressor e a sua versão dos fatos, só esteve presente no caso de ex-senador, o que evidencia uma estreita relação entre poder e visibilidade.

O conceito de acontecimento tem ocupado posição de destaque em estudos do campo da comunicação (LAGE, 2013). Os episódios de violência sexual expostos nas narrativas jornalísticas apresentam acontecimentos verídicos ocorridos, em sua maioria, em data próxima à divulgação. Nota-se a factualidade das notícias. Somente uma narrativa apresentou fato ocorrido no passado.

De forma geral, nas matérias analisadas, as narrativas jornalísticas são apresentadas com elementos que facilitam a compreensão do(a) leitor(a) sobre o crime sexual e seus aspectos jurídicos. Contudo, são curtas e destinam pouco espaço para o esclarecimento dos direitos das mulheres que sofreram violência, bem como para a divulgação das políticas públicas que atendem tais mulheres. Também não são apresentadas discussões sobre os processos que levam à ocorrência de tais situações, nem é destinado espaço à fala de especialistas e estudiosos do tema.

A política pública mais divulgada nas narrativas jornalísticas analisadas é a segurança pública, tendo como principal lócus a delegacia de polícia, sendo essa a principal fonte das narrativas. Não é dado espaço a outros atores institucionais, ou à vítima e sua família.

Considerações Finais

A presente pesquisa analisou as narrativas sobre violência sexual construídas no Jornal do Tocantins, no período de 2016 a 2018. Foi possível observar que apesar do periódico objeto de estudo, proporcionar espaço para a temática violência sexual, nas matérias em análise, não só têm pouco espaço para a divulgação das políticas públicas para as mulheres em situação violência como, muito marcadamente, se nota o protagonismo do personagem agressor.

Ratificando os estudos de cobertura midiática acerca do problema da violência sexual contra a mulher, notamos que os casos mais divulgados no jornal analisado foram os que as vítimas foram

crianças ou adolescentes, sobretudo os que o agressor possuía vínculo familiar ou afetivo com a vítima. Há uma invisibilidade, nas notícias analisadas, dos casos envolvendo mulheres adultas, esses episódios ocupam menos espaço nas páginas do jornal. São mais divulgadas e com maior repercussão social, as situações em que a mulher possui visibilidade, por sua inserção social – como foi o caso da servidora pública que saía do trabalho.

Os personagens agressores ocupam centralidade nos relatos, uma vez que estão como sujeitos ativos desde os títulos, aos parágrafos das narrativas. A Delegacia de Polícia figura como principal fonte especializada, que apresenta dados e o passo a passo da investigação do crime sexual. Verificou-se que no período analisado apenas os casos com maior gravidade ou repercussão, chegaram até a mídia.

Observou-se ainda que a maior concentração de notícias foi relacionada aos casos que ocorreram na capital do Estado, em detrimento das que ocorreram no interior. Ficou evidente o processo de invisibilidade das notícias sobre os casos envolvendo mulheres do interior do Estado, especialmente da região extremo norte. Diante do exposto observa-se que o jornalismo regional está distante da descentralização, já que o foco principal esteve situado nas ocorrências de violência sexual na capital do estado.

As narrativas jornalísticas analisadas são curtas e produzidas com poucas informações, o que dificulta uma problematização social sobre o assunto. A violência sexual é um tema tabu na sociedade, nesse sentido, ampliar a visibilidade do tema é importante na mesma direção que investir em formação profissional dos(as) jornalistas, tanto nas universidades como nas empresas jornalísticas – processo formativo que poderia oferecer ferramentas mais concretas para mudar a abordagem sobre a cobertura de casos de violência sexual contra a mulher.

Por fim, esta pesquisa não esgota o debate sobre o assunto. Do contrário, pode contribuir para novas pesquisas, tanto as destinadas à forma de como os veículos de comunicação noticiam a violência sexual no Estado do Tocantins, como as direcionadas ao tema da violência sexual e a forma como se constrói como narrativa jornalística.

Referências

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Notificação compulsória e comunicação externa em casos de violência doméstica contra a mulher**. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1997.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BRASIL. **Atlas da violência**. IPEA. FBPS - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro: 2018.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. **A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos**. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez. 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur**. Ano 6 – nº 1 jul./dez. 2012 - São Paulo - Brasil – p. 169-187.

CARVALHO, Carlos Alberto de; MARTINS, M. L. **Crimes de proximidade contra mulheres em relações de gênero: dimensões políticas de um problema no Brasil e em Portugal a partir da cobertura jornalística**. In: Hélder Prior; Liziane Guazina; Bruno Araújo. (Org.). *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política*. 1ed. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016, v. 1, p. 125-149.

DORNELAS, Raquel. **Crime contra a honra ou contra a sociedade: representação, privacidade e violência sexual no noticiário**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba – PR. 04 a 09 de set. de 2017.

GREER, Chris. **Sex crime and the media**. New York: Routledge, 2012.

LAGE, Leandro R. **O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas**. In: Revista Contracampo, v. 27, n. 2, ed. ago-nov, ano: 2013. Niterói: Contracampo, 2013, pp. 71-88.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. Cadernos Pagu (26). Janeiro-junho de 2006. Pp. 225-252.

LEAL, Bruno Souza, CARVALHO, Carlos Alberto de, ANTUNES, Elton. **La violencia contra mujeres brasileñas en las esferas pública y mediática**. Comunicar [en línea] 2018, XXVI (April-June) : [Fecha de consulta: 13 de marzo de 2019] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15854832002>> ISSN 1134-3478

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. IN: Ciência & Saúde coletiva, 10 (1), p. 18-34, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica narrativa**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2013. 254 p. ISBN 978-85-230-1073-7.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de. **Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade**. 10/06/2016. 109 f. Mestrado em Comunicação: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Aracajú, 2016.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: tomo I**. São Paulo: Papyrus, 1994.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf acesso em: 26/01/2019.

SHUEN, Li-Chang; MIRANDA, Cynthia Mara. **Narrativas jornalísticas da greve geral da Argentina e Brasil de 2017: intrigas, conflitos e personagens**. Intercom - RBCC São Paulo, v.41, n.3, p.137-155, set./dez. 2018.

SOUSA, Robson Sávio Reis. **O papel da imprensa na segurança pública**. Caderno de Cidadania. Observatório da Imprensa, Ed. 354, 2005.

Recebido em 22 de outubro de 2019.

Aceito em 21 de fevereiro de 2020.